



# Prefeitura de **Jaguaratama** Governando para Todos

GABINETE DO PREFEITO

---

Lei Municipal nº. 823/2012.

Jaguaratama/CE, 02 de julho de 2012.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o Exercício de 2013, e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUARATAMA – ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e etc, faz saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.**

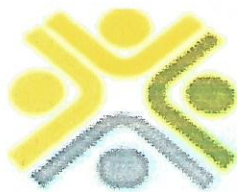
Art. 1º - O Orçamento do Município de Jaguaratama, Estado do Ceará, para o exercício de 2013 será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I - as Metas Fiscais;
- II - as Prioridades da Administração Municipal;
- III - a Estrutura dos Orçamentos;
- IV - as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município;
- V - as Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;
- VI - as Disposições sobre Despesas com Pessoal;
- VII - as Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária; e
- VIII - as Disposições Gerais.

## **I - DAS METAS FISCAIS**

Art. 2º - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2013, estão identificados nos Demonstrativos desta Lei, em conformidade com a Portaria nº 407, de 30 de junho de 2011-STN.

Art. 3º - A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta, Indireta constituídas pelas Autarquias, Fundações, e Fundos; que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.



# Prefeitura de **Jaguaratama** Governando para Todos

## GABINETE DO PREFEITO

Art. 4º - O Anexo de Riscos Fiscais, § 3º do art. 4º da LRF, obedece as determinações do MANUAL DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS DA PORTARIA Nº 407, de 30 de junho de 2011-STN, 4ª Edição válida para 2012.

Art. 5º - Os Anexos de Riscos Fiscais e Metas Fiscais desta Lei, constituem-se dos seguintes:

01.00.00 PARTE I ANEXO DE RISCOS FISCAIS.

01.01.00 DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS.

02.00.00 PARTE II ANEXO DE METAS FISCAIS

02.01.00 DEMONSTRATIVO I - METAS ANUAIS.

02.02.00 DEMONSTRATIVO II - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

02.03.00 DEMONSTRATIVO III - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES.

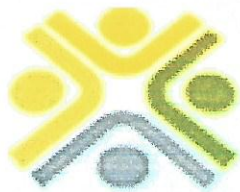
02.04.00 DEMONSTRATIVO IV - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.

02.05.00 DEMONSTRATIVO V - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS.

02.06.00 DEMONSTRATIVO VI - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA.

02.07.00 DEMONSTRATIVO VII - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO.

Parágrafo Único - Os Demonstrativos referidos neste artigo, serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá nas Metas Fiscais do Município.



# Prefeitura de **Jaguaratama** Governando para Todos

GABINETE DO PREFEITO

---

## RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

Art. 6º - Em cumprimento ao § 3º do Art. 4º da LRF a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2013, deverá conter o Anexo de Riscos Fiscais e Providências.

## METAS ANUAIS

Art. 7º - Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei de Complementar nº 101/2000, o Demonstrativo I - Metas Anuais, será elaborado em valores Correntes e Constantes, relativos à Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência 2012 e para os dois seguintes.

§ 1º - Os valores correntes dos exercícios de 2013, 2014 e 2015 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes, utilizam o parâmetro do Índice Oficial de Inflação Anual, dentre os sugeridos pela Portaria nº 407/2011 da STN.

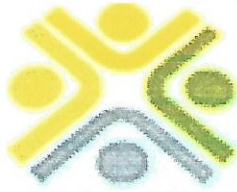
§ 2º - Os valores da coluna "% PIB", são calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.

## AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Art. 8º - Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior, tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

## METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Art.9º - De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, deverão



# Prefeitura de **Jaguarétama** Governando para Todos

## *GABINETE DO PREFEITO*

estar instruídos com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

Parágrafo Único - Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já comentados no Demonstrativo I.

### **EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Art. 10º - Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido, deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua Consolidação.

Parágrafo Único - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

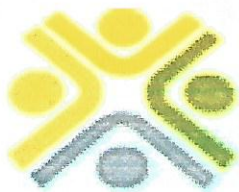
### **ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**

Art. 11 - O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da Evolução do Patrimônio Líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral. O Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos, deve estabelecer de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

### **ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**

Art. 12 - Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a propiciar o equilíbrio das contas públicas.

§ 1º - A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, alteração de alíquota ou modificação da base de cálculo e outros benefícios que correspondam à tratamento diferenciado.



§ 2º - A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO.**

Art. 13 - O Art. 17, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Parágrafo Único - O Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado, destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

**MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.**

**METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS.**

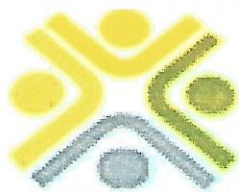
Art. 14 - O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

Parágrafo Único - De conformidade com a Portaria nº 407/2010-STN, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2013, 2014 e 2015.

**METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO.**

Art. 15 - A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários, são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não financeiras são capazes de suportar as despesas não financeiras.

Parágrafo Único - O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, e às normas da contabilidade pública.



# Prefeitura de **Jaguaretama** Governando para Todos

GABINETE DO PREFEITO

---

## **METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL.**

Art. 16 - O cálculo do Resultado Nominal, deverá obedecer a metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

Parágrafo Único - O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal, deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzido o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.

## **METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.**

Art. 17 - Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta será representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.

Parágrafo Único - Utiliza a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2013, 2014 e 2015.

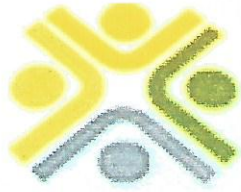
## **II - DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

Art. 18 - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2013, estão definidas e demonstradas no Plano Plurianual de 2010 a 2013, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2013 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2013, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

## **III - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS**



# Prefeitura de **Jaguaratama** Governando para Todos

## GABINETE DO PREFEITO

Art. 19 - O orçamento para o exercício financeiro de 2013 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, e Fundos que recebam recursos do Tesouro e da Seguridade Social e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

Art. 20 - A Lei Orçamentária para 2013 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vínculos a Fundos, Autarquias, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores, as quais deverão conter os Anexos exigidos nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Art. 21 - A Mensagem de Encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/1964, conterá todos os Anexos exigidos na legislação vigente.

#### **IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO**

Art. 22 - O Orçamento para exercício de 2013 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras (arts. 1º, § 1º 4º I, "a" e 48 LRF).

Art. 23 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2013 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

Parágrafo Único - Até 30 dias antes do prazo para encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocara à disposição da Câmara Municipal e do Ministério Público, os estudos e as estimativas de receitas para exercícios subseqüentes e as respectivas memórias de cálculo (art. 12, § 3º da LRF).

Art. 24 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o



# Prefeitura de Jaguaratama

Governando para Todos

## GABINETE DO PREFEITO

mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (art. 9º da LRF):

- I - projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;
- II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
- III - dotação para combustíveis, obras, serviços públicos; e
- IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 25 - As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2013, poderão ser expandidas em até 5%, tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2012 (art. 4º, § 2º da LRF).

Art. 26 - Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do Excesso de Arrecadação e do Superávit Financeiro do exercício de 2012.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara Municipal, propondo anulação de recursos ordinários alocados para outras dotações não comprometidas.

Art. 27 - O Orçamento para o exercício de 2013 poderá destinar recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 3% das Receitas Correntes Líquidas previstas e 30% do total do orçamento de cada entidade para a abertura de Créditos Adicionais Suplementares. (art. 5º, III da LRF).

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de Créditos Adicionais Suplementares





# Prefeitura de Jaguaratama

Governando para Todos

## GABINETE DO PREFEITO

conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º (art. 5º III, "b" da LRF).

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 01 de dezembro de 2013, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 28 - Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 29 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal ou bimestral para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF).

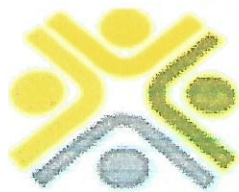
Art. 30 - Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2013 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § parágrafo único e 50, I da LRF).

Art. 31 - A renúncia de receita estimada para o exercício de 2013, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).

Art. 32 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal).

Art. 33 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF



# Prefeitura de Jaguaratama

Governando para Todos

## GABINETE DO PREFEITO

deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2013, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei nº 8.666 / 1993, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

Art. 34 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 35 - Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

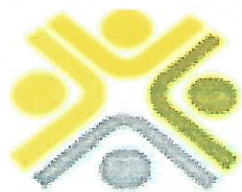
Art. 36 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2013 a preços correntes.

Art. 37 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa / Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Único - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo (art. 167, VI da Constituição Federal).

Art. 38 - Durante a execução orçamentária de 2013, se o Poder Executivo Municipal for autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2013 (art. 167, I da Constituição Federal).

Art. 39 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º da LRF.



Parágrafo Único - Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, "e" da LRF).

Art. 40 - Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrem a Lei Orçamentária de 2013 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, "e" da LRF).

#### **V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 41 - A Lei Orçamentária de 2013 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, de até 50% das Receitas Correntes Líquidas apuradas até o final do semestre anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32).

Art. 42 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, Parágrafo Único da LRF).

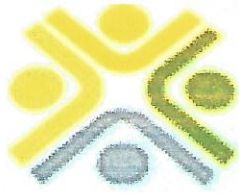
Art. 43 - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1º, II da LRF).

#### **VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL**

Art. 44 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2013, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observados os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2013.

Art. 45 - Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2013, Executivo e Legislativo, não excederá em Percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2012,



# Prefeitura de **Jaguarétama** Governando para Todos

## GABINETE DO PREFEITO

acrescida de 5%, obedecido o limites prudencial de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (art. 71 da LRF).

Art. 46 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

Art. 47 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20):

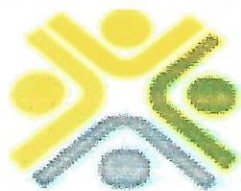
- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas-extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 48 - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

## VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTARIA

Art. 49 - O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes (art. 14 da LRF).



# Prefeitura de **Jaguaratama** Governando para Todos

GABINETE DO PREFEITO

---

Art. 50 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF).

Art. 51 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

## VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 52 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhada à sanção até o início do exercício financeiro de 2013, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Art. 53 - Serão considerados legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria.

Art. 54 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 55 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 56 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.



# Prefeitura de **Jaguaratama** Governando para Todos

*GABINETE DO PREFEITO*

---

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO FRANCISCO MOREIRA PINHEIRO, aos 02 dias do mês de julho do ano de 2012, 146º anos de emancipação política.

  
**Afonso Cunha Saldanha**  
Prefeito Municipal

LEI DE ORÇAMENTO DO GOV. DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
 METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS  
 I - RECEITAS  
 Art. 4º, §2º inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			ORÇADA			PREVISÃO	
	2010	2011	2012	2013	2014	2015		
Imp.s/a Propriedade Predial Terr. Urbana - IPTU	21.417,79	1.674,72	11.572,25	12.035,14	12.516,55	13.017,21		
Imposto de Renda Ret.nas Fontes s/ Rend.do Trabalho	456.469,08	305.136,06	196.796,25	204.668,10	212.854,82	221.369,01		
Imposto de Renda Retido s/ Outros Rendimentos	58.700,00	60.000,00	73.500,00	76.440,00	79.497,60	82.677,50		
Imp.s/Transm.Inter Vivos Bens Imóv e Dir.- ITBI	2.940,57	8.196,70	4.746,25	4.936,10	5.133,54	5.338,88		
Imp.s/Serviços de Qualquer Natureza - I.S.Q.N.	355.858,38	202.624,03	220.000,00	228.800,00	237.952,00	247.470,08		
Taxas p/Exercício do Poder de Polícia	94.740,04	131.646,53	35.000,00	36.400,00	37.856,00	39.370,24		
Taxas Pela Prestação de Serviços	7.454,64	131.646,53	2.500,00	2.600,00	2.704,00	2.812,16		
COSIP. - Constr. na Fatura de Cons. de Ener. Elet.	102.242,16	165.318,98	115.762,50	120.393,00	125.208,72	130.217,07		
Aluguéis	571,00	7.058,75	39.690,00	41.277,60	42.928,70	44.645,85		
Receita de Rem.de Dep.Banc.de Rec.Vinc.-FUNDEB	23.941,45	20.471,76	6.945,75	7.223,58	7.512,52	7.813,02		
Receita de Rem.Dep.Ban.de Rec.Vinc.-Fundo de Saúde	6.838,33	6.011,23	6.945,75	7.223,58	7.512,52	7.813,02		
Receita de Rem.de Dep.Banc.de Rec.Vinc.-MDE	2.943,14	25,20	1.157,10	1.203,38	1.251,52	1.301,58		
Outras Receitas de Valores Mobiliários	20.313,60	57.244,93	67.252,52	69.942,62	72.740,32	75.649,93		
Serviços de Saúde	10.990,83	0,00	52.500,00	54.600,00	56.784,00	59.055,36		
Outros Serviços	266,02	0,00	1.102,50	1.146,60	1.192,46	1.240,16		
Cota-Parte do Fundo de Participação Munic.	9.774.540,47	12.011.192,94	10.607.528,54	11.031.829,68	11.473.102,87	11.932.026,98		
Cota-Parte Imp.s/a Propriedade Territ.Rural	5.699,10	4.839,81	2.315,17	2.407,78	2.504,09	2.604,25		
Cota Royalties-Comp.Financ.Petróleo-Lei 7.990	5.890,70	9.514,00	95.521,01	99.341,85	103.315,52	107.448,14		
Cota Parte do Fundo Especial do Petróleo-FEP	148.446,79	151.226,35	138.915,00	144.471,60	150.250,46	156.260,48		
PAB - Parte Fixa	543.918,00	404.162,06	405.168,75	421.375,50	438.230,52	455.759,74		
PAB - Parte Variável	999.029,23	2.091.620,25	2.215.500,00	2.304.120,00	2.396.284,80	2.492.136,19		
Atenção Básica - Outros Componentes	14.933,52	70.850,11	262.500,00	273.000,00	283.920,00	295.276,80		
Limite Financ.da Média e Alta Compl.Amb.e Hospit	1.454.144,73	751.260,41	735.000,00	764.400,00	794.976,00	826.775,04		
Componente da Vigilância Sanitária	14.933,52	34.713,38	52.500,00	54.600,00	56.784,00	59.055,36		
Gestão do SUS - Outros Componentes	0,00	0,00	0,00	0,00	62.400,01	0,00		
Outras Transferências do FNAS	268.571,48	312.464,14	273.000,00	283.920,00	295.276,80	307.087,87		
Transferências do Salário-Educação	178.401,70	260.832,42	194.712,53	202.501,03	210.601,07	219.025,11		
Transferências Diretas do FNDE Ref. PDDE	931,50	1.063,80	12.000,00	12.480,00	12.979,20	13.498,37		
Transferências Diretas do FNDE Ref. PNAE	280.652,00	257.040,00	241.500,00	251.160,00	261.206,40	271.654,66		
Transferências Diretas do FNDE Ref. - PNATE	204.595,27	223.537,13	220.500,00	229.320,00	238.492,80	248.032,51		
Outras Transferências Diretas do FNDE	106.440,68	416.588,45	115.500,00	120.120,00	124.924,80	129.921,79		
Transf.Financeira do ICMS - Des. L.C. 87/96	9.311,16	10.836,72	10.500,00	10.920,00	11.356,80	11.811,07		
Cota-Parte do ICMS	1.730.028,36	2.192.597,62	2.100.000,00	2.184.000,00	2.271.360,00	2.362.214,40		

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS  
 II - DESPESAS  
 Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESAS	EXECUTADA			ORÇADA		PREVISÃO		(R\$)
	2010	2011	2012	2013	2014	2015		
<b>DESPESAS CORRENTES ( I )</b>								
<b>Pessoal e Encargos Sociais</b>	24.166.077,57	25.067.114,99	28.246.000,00	29.375.840,00	30.550.873,60	31.772.908,54		
Transferência a Estados e ao Distrito Federal	10.739.908,02	12.422.569,46	13.603.800,00	14.147.952,00	14.713.870,93	15.302.424,88		
Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades	10.739.908,02	12.422.569,46	13.603.800,00	14.147.952,00	14.713.870,08	15.302.424,88		
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Aplicações Diretas	370.000,00	779.840,06	730.000,00	759.200,00	789.568,00	821.150,72		
Outras Despesas Correntes	370.000,00	779.840,06	730.000,00	759.200,00	789.568,00	821.150,72		
Transferência da União	13.056.169,55	11.864.705,47	13.912.200,00	14.468.688,00	15.047.435,52	15.649.332,94		
Transferência a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transferência a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transf. a Inst. Privadas com Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transf. a Inst. Multigovernamentais Nacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades	13.056.169,55	11.864.705,47	13.912.200,00	14.468.688,00	15.047.435,52	15.649.332,94		
<b>DESPA DE CAPITAL ( II )</b>								
<b>Investimentos</b>	5.499.175,96	2.516.525,34	9.054.000,00	7.896.160,00	7.692.006,40	7.439.686,66		
Transferências a União	5.499.175,96	2.516.525,34	9.054.000,00	7.896.160,00	7.692.006,40	7.439.686,66		
Transferências a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transf. a Inst. Privadas com Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transf. a Inst. Multigovernamentais Nacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades	5.499.175,96	2.516.525,34	9.054.000,00	7.896.160,00	7.692.006,40	7.439.686,66		
<b>Inversões Financeiras</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transferências a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transf. a Inst. Privadas com Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transf. a Inst. Multigovernamentais Nacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
<b>Reservas</b>								
<b>RESERVA DO RPPS</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA ( III )</b>	0,00	0,00	700.000,00	728.000,00	757.420,00	787.404,80		



MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS  
 III - RESULTADO PRIMÁRIO  
 Art. 4º, §2º inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2010	2011	2012	2013	2014	2015	(RS)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>							
RECEITAS CORRENTES (EXCETO INTRA)							
Recargas Tributárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Financeiras (II)	54.607,52	90.791,87	121.991,12	136.000,00	141.221,00	150.000,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	-54.607,52	-90.791,87	-121.991,12	-136.000,00	-141.221,00	-150.000,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>							
<b>DEDUÇÕES DAS RECEITAS CORRENTES</b>							
<b>RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II)</b>							
<b>RECEITAS DE CAPITAL (IV)</b>							
Operações de Crédito (V)	-54.607,52	-90.791,87	-121.991,12	-136.000,00	-141.221,00	-150.000,00	0,00
Alienação de Bens (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizações de Empréstimos (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Fiscais de Capital (VIII) = (IV - V - VI - VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS NÃO-FINANCEIRAS (OU RECEITAS FISCAIS LÍQUIDAS) (IX) = (III + VIII)</b>							
<b>RECEITA TOTAL</b>	<b>-54.607,52</b>	<b>-90.791,87</b>	<b>-121.991,12</b>	<b>-136.000,00</b>	<b>-141.221,00</b>	<b>-150.000,00</b>	
<b>DESPESAS CORRENTES (X)</b>							
Pessoal e Encargos Sociais	24.166.077,57	25.067.114,99	28.246.000,00	29.375.840,00	30.550.873,60	31.772.908,54	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XI)	10.739.908,02	12.422.569,46	13.603.800,00	14.147.952,00	14.713.870,08	15.302.424,88	0,00
Outras Despesas Correntes	370.000,00	779.840,06	730.000,00	759.200,00	789.568,00	821.150,72	0,00
<b>DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X - XI)</b>	<b>13.056.169,55</b>	<b>11.864.705,47</b>	<b>13.912.200,00</b>	<b>14.468.688,00</b>	<b>15.047.435,52</b>	<b>15.649.332,94</b>	
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XIII)</b>							
Investimentos	23.796.077,57	24.287.274,93	27.516.000,00	28.616.640,00	29.761.305,60	30.951.757,82	0,00
Inversões Financeiras	5.489.175,96	2.516.525,34	9.054.000,00	7.896.160,00	7.692.006,40	7.439.686,66	0,00
Transferência de Capital	5.499.175,96	2.516.525,34	9.054.000,00	7.896.160,00	7.692.006,40	7.439.686,66	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII - XIV)</b>	<b>5.499.175,96</b>	<b>2.516.525,34</b>	<b>9.054.000,00</b>	<b>7.896.160,00</b>	<b>7.692.006,40</b>	<b>7.439.686,66</b>	
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>							
RESERVA ORÇAMENTÁRIA (XVI-a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS (OU DESPESAS FISCAIS LÍQUIDAS) (XVII) = (XII + XV + XVI)</b>							
<b>DESPESA TOTAL</b>	<b>29.295.253,53</b>	<b>26.803.800,27</b>	<b>37.270.000,00</b>	<b>37.240.800,00</b>	<b>38.210.432,00</b>	<b>39.178.849,28</b>	
	<b>29.665.253,53</b>	<b>27.583.640,33</b>	<b>38.000.000,00</b>	<b>38.000.000,00</b>	<b>39.000.000,00</b>	<b>40.000.000,00</b>	
<b>Resultado Primário (IX - XVII)</b>	<b>-29.349.861,05</b>	<b>-26.894.592,14</b>	<b>-37.391.991,12</b>	<b>-37.376.800,00</b>	<b>-38.351.653,00</b>	<b>-39.328.849,28</b>	

# Município de Jaguaratama - Consolidado

ESTADO DO CEARÁ  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS  
 IV - RESULTADO NOMINAL  
 Art. 4º, §2º inciso II da LRF

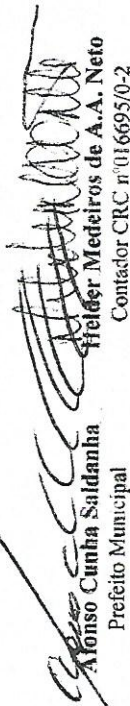
ESPECIFICAÇÃO	2010 (b)	2011 (c)	2012 (d)	2013 (e)	2014 (f)	2015 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA ( I )	4.784.854,18	4.141.712,01	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES ( II )	-6.701.243,59	-6.914.308,14	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo Disponível	924.555,19	1.088.238,03	0,00	0,00	0,00	0,00
Haveres Financeiros	951.129,31	940.331,94	0,00	0,00	0,00	0,00
( - ) Restos a Pagar Processados	8.576.928,09	8.942.878,11	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA ( III ) = ( I - II )	11.486.097,77	11.056.020,15	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES ( IV )	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS ( V )	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA ( III + IV - V )	11.486.097,77	11.056.020,15	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Resultado Nominal</b>	<b>( b - a' )</b> 3.685.438,69	<b>( c - b )</b> -430.077,62	<b>( d - c )</b> -11.056.020,15	<b>( e - d )</b> 0,00	<b>( f - e )</b> 0,00	<b>( g - f )</b> 0,00

Notas:

- O cálculo da Metas Anuais relativas ao resultado Nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional.

\* Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício de 2009 (R\$7.800.659,08)

Jaguaratama-CE, 13 de Abril de 2012

  
 Afonso Cunha Saldanha  
 Prefeito Municipal  
 Contador CRC nº 016695/0-2

# Município de Jaguaratama - Consolidado

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

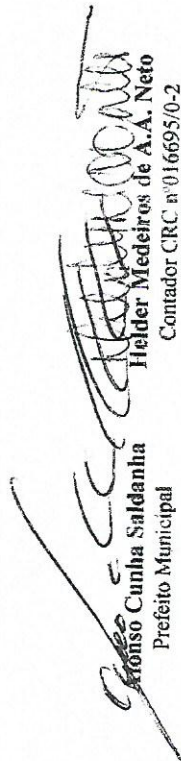
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

V - MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	(R\$)
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA (I)</b>								
Divida Mobiliária	5.198.637,76	4.784.854,18	4.141.712,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	4.958.313,09	4.671.858,17	3.892.018,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>								
Ativo Disponível	240.324,67	112.996,01	249.693,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Haveres Financeiros	-2.602.021,32	-6.701.243,59	-6.914.308,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar	582.065,86	924.555,19	1.088.238,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	12.600,11	951.129,31	940.331,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	3.196.687,29	8.576.928,09	8.942.878,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Divida Consolidada Líquida</b>	<b>7.800.659,08</b>	<b>11.486.097,77</b>	<b>11.056.020,15</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Jaguaratama-CE, 13 de Abril de 2012

  
**Arnono Cunha Saldanha**  
 Prefeito Municipal  
 Contador CRC nº 016695/0-2

# Município de Jaguaratama - Consolidado

ESTADO DO CEARÁ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
Demonstrativo I - Metas Anuais  
2013

AMF - Tabela 1 (LRF, art. 4º, §1º)

ESPECIFICAÇÃO	2013			2014			2015		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100
Receita Total	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000
Receitas Primárias ( I )	-136.000,00	-130.168,45	0,000	-141.221,00	-129.357,44	0,000	-150.000,00	-131.482,24	0,000
Despesa Total	38.000.000,00	36.370.597,24	0,048	39.000.000,00	35.723.723,71	0,047	40.000.000,00	35.061.930,33	0,046
Despesas Primárias ( II )	37.240.800,00	35.643.951,00	0,047	38.210.432,00	35.000.485,02	0,046	39.178.849,28	34.342.152,09	0,045
Resultado Primário ( III ) = ( I - II )	-37.376.800,00	-35.774.119,45	-0,047	-38.351.653,00	-35.129.842,45	-0,046	-39.328.849,28	-34.473.634,33	-0,045
Resultado Nominal	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota:

- O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2013	2014	2015
	PIB real (crescimento % anual)	4,50	4,55
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	12,20	11,60	11,60
Câmbio (R\$/US\$ - Final do Ano)	1,76	1,80	1,85
Inflação média (% anual) projetada com base em índices oficiais de inflação	4,48	4,49	4,50
Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares	179.842.000.000,00	82.957.000.000,00	86.701.000.000,00

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

2013	2014	2015
Valor Corrente / 1,0448	Valor Corrente / 1,0917	Valor Corrente / 1,1408

Jaguaratama-CE, 13 de Abril de 2012

*Carla Saldanha*  
Helder Medeiros de A.A. Neto  
Prefeito Municipal

Contador CRC nº 016695/0-2

**Município de Jaguaretama - Consolidado**

ESTADO DO CEARA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior  
2013

AMF - Tabela 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	I - Metas Previstas 2011 (a)	% PIB	II - Metas Realizadas 2011 (b)	% PIB	Variação (II - I)	
					Valor (c) = (b - a)	% (c/a) x 100
Receita Total	37.000.000,00	0,051	0,00	0,000	-37.000.000,00	-100,00
Receitas Primárias ( I )	37.000.000,00	0,051	-90.791,87	0,000	-37.090.791,87	-100,24
Despesa Total	37.000.000,00	0,051	27.583.640,33	0,038	-9.416.359,67	-25,44
Despesas Primárias ( II )	37.000.000,00	0,051	26.803.800,27	0,037	-10.196.199,73	-27,55
Resultado Primário ( III )=( I - II )	0,00	0,000	-26.894.592,14	-0,037	-26.894.592,14	0,00
Resultado Nominal	0,00	0,000	-430.077,62	-0,001	-430.077,62	0,00
Dívida Pública Consolidada	4.671.858,17	0,006	4.141.712,01	0,006	-530.146,16	-11,34
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,000	11.056.020,15	0,015	11.056.020,15	0,00

Nota:

PIB Estadual Previsto e Realizado para 2011

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Previsão do PIB Estadual para 2011	72.809.000.000,00
Valor efetivo(realizado) do PIB Estadual para 2011	72.809.000.000,00

4 - EXECUÇÃO

Jaguaretama-CE, 13 de Abril de 2012

P	Receita Total	37.000,00	0,000	0,000	-37.000,00	-100,00
I	Receitas Primárias	37.000,00	0,051	-90,79	-37.090,79	-100,24
T	Total	37.000,00	0,051	27.583,64	-9.416,36	-25,44
Des	Despesas Primárias	37.000,00	0,051	26.803,80	-10.196,20	-27,55
R	Resultado Primário	0,00	0,000	-26.894,59	-26.894,59	0,00
R	Resultado Nominal	0,00	0,000	-430,08	-430,08	0,00
D	Dívida Pública Consolidada	4.671,86	0,006	4.141,71	-530,15	-11,34
D	Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,000	11.056,02	11.056,02	0,00

*Alonso Cunha Saldanha*  
Prefeito Municipal

*Heider Medeiros de A.A. Neto*  
Contador CRC nº016695/0-2

# Município de Jaguaretama - Consolidado

ESTADO DO CEARÁ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores

2013

AMF - Tabela 3 (LRF, art. 4º, §2º, inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES						%	2014	%	2015	%
	2010	2011	%	2012	2013	%					
Receita Total	0,00	0,00	0,0	0,00	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	
Receitas Primárias (I)	-54.607,52	-90.791,87	-0,0	-121.991,12	-136.000,00	11,5	-141.221,00	3,8	-150.000,00	6,2	
Despesa Total	29.665.253,53	27.583.640,33	-7,0	38.000.000,00	38.000.000,00	0,0	39.000.000,00	2,6	40.000.000,00	2,6	
Despesas Primárias (II)	29.295.253,53	26.803.800,27	-8,5	37.270.000,00	37.240.800,00	-0,1	38.210.432,00	2,6	39.178.849,28	2,5	
Resultado Primário (III)=(I - II)	-29.349.861,05	-26.894.592,14	0,0	-37.391.991,12	-37.376.800,00	0,0	-38.351.653,00	0,0	-39.328.849,28	0,0	
Resultado Nominal	3.685.438,69	-430.077,62	-111,7	-11.056.020,15	2470,7	-100,0	0,00	0,0	0,00	0,0	
Dívida Pública Consolidada	4.784.854,18	4.141.712,01	-13,4	0,00	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	
Dívida Consolidada Líquida	11.486.097,77	11.056.020,15	-3,7	0,00	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES						%	2014	%	2015	%
	2010	2011	%	2012	2013	%					
Receita Total	0,00	0,00	0,0	0,00	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	
Receitas Primárias (I)	-60.437,39	-94.877,50	0,0	-121.991,12	-130.168,45	0,0	-129.357,44	0,0	-131.482,24	0,0	
Despesa Total	32.832.301,16	28.824.904,14	-12,2	38.000.000,00	36.370.597,24	-4,3	35.723.723,71	-1,8	35.061.930,33	-1,9	
Despesas Primárias (II)	32.422.800,15	28.009.971,28	-13,6	37.270.000,00	35.643.951,00	-4,4	35.000.485,02	-1,8	34.342.152,09	-1,9	
Resultado Primário (III)=(I - II)	-32.483.237,54	-28.104.848,79	0,0	-37.391.991,12	-35.774.119,45	0,0	-35.129.842,45	0,0	-34.473.634,33	0,0	
Resultado Nominal	4.078.894,28	-449.431,11	-111,0	-11.056.020,15	2360,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	
Dívida Pública Consolidada	5.295.682,82	4.328.089,05	-18,3	0,00	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	
Dívida Consolidada Líquida	12.712.347,82	11.553.541,06	-9,1	0,00	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	

Nota:

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

ÍNDICES DE INFLAÇÃO			
2010	2011	2013*	2015*
5,30	5,91	4,48	4,50

### VALORES DE REFERÊNCIA

Valor Corrente x 1,1068 | Valor Corrente x 1,0450 | Valor Corrente x 1,0000 | Valor Corrente / 1,0448 | Valor Corrente / 1,0917 | Valor Corrente / 1,1408

\* Inflação Média (% anual) projetada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA, divulgado pelo IBGE

Jaguaretama-CE, 13 de Abril de 2012

Armando Cunha Saldanha  
Prefeito Municipal

Helder Medeiros de A.A. Neto  
Vice-Prefeito Municipal

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS  
 I - RECEITAS  
 Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			ORÇADA		PREVISÃO		(R\$)
	2010	2011	2012	2012	2013	2014	2015	
Cota-Parte do IPVA	75.087,33	96.454,91	115.762,50	120.393,00	125.208,72	130.217,07	15.626,05	
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	12.008,02	11.867,19	13.891,50	14.447,16	15.025,05	81.385,68	4.193.850,00	
Cota-Parte Contrib.Interv.Domínio Econ.CIDE	0,00	56.589,93	75.245,63	78.255,46	3.877.450,08	2.688.365,39	826.775,04	
Transf.de Recursos do FUNDEF/FUNDEB - 60%	2.788.634,07	3.540.242,86	3.728.317,38	2.485.544,92	764.400,00	21.632,00	22.497,28	
Transf.de Recursos do FUNDEF/FUNDEB - 40%	2.449.695,90	2.360.161,90	2.485.544,92	2.485.544,92	20.800,00	23.849,28	24.803,25	
Transf.de Rec.da Complm. ao FUNDEB	1.478.516,29	2.188.209,76	735.000,00	735.000,00	11.466,00	11.924,64	12.401,63	
Multas de Outras Origens	202,00	11.100,00	20.000,00	20.000,00	22.932,00	3.577,39	3.720,49	
Outras Restituições	41.006,43	23.589,11	22.050,00	22.050,00	1.092.000,00	1.135.680,00	1.181.107,20	
Receita da Dívida Ativa do IPTU	15.892,37	12.702,99	11.025,00	11.025,00	1.826.916,00	1.899.992,64	1.975.992,35	
Outras Receitas	0,00	9.061,59	3.307,50	3.307,50	1.092.000,00	1.135.680,00	1.181.107,20	
Transf.Conv.da União P/Sist.Único de Saúde-SUS	369.857,22	293.300,00	1.050.000,00	1.050.000,00	4.277.646,76	4.448.752,63	4.626.702,74	
Transf.Conv.da União Dest.a Progr.de Educação	96.400,00	65.800,00	1.756.650,00	1.756.650,00	559.999,99	0,00	0,00	
Transf.Conv.da União Dest.a Progr.de San.Básico	254.122,68	348.925,49	1.050.000,00	1.050.000,00	520.000,00	540.800,00	562.432,00	
Outras Transf.de Convênios da União	0,00	0,00	4.113.121,98	4.113.121,98	4.546.829,12	4.728.702,28	4.422.746,38	
Transf.Conv.dos Estados Dest.a Progr.San.Básico	0,00	0,00	2.000.000,00	2.000.000,00	-2.206.365,94	-2.294.620,58	-2.386.405,40	
Transf.Conv.Estados Dest.Progr.Infra-Est.Transp	935.404,47	698.614,88	500.000,00	500.000,00	-481,57	-500,83	-520,86	
Outras Transferências de Convênios dos Estados	72.078,00	65.800,00	4.371.951,08	4.371.951,08	-2.184,00	-2.271,36	-2.362,21	
Ded.de Rec.do FPM - FUNDEB e Red.Finan	-191.628,44	-2.300.095,85	-2.121.505,71	-2.121.505,71	-436.800,00	-454.272,00	-472.442,88	
Ded.de Receita p/Formação do FUNDEB - ITR	-920,49	-528,46	-463,05	-463,05	-24.078,60	-25.041,74	-26.043,41	
Ded. Rec.p/Form.FUNDEB-ICMS-Deson-L.C.87/96	-3.094,99	-3.853,68	-2.100,00	-2.100,00	-2.889,12	-3.004,68	-3.124,87	
Ded.de Rec.p/Formação do FUNDEB-ICMS	-342.914,27	-437.423,88	-420.000,00	-420.000,00	38.000.000,00	39.000.000,00	40.000.000,00	
Ded.de Rec. p/Form. do FUNDEB - IPVA	-112.037,10	-151.267,48	-23.152,50	-23.152,50				
Ded.de Rec. p/Form. FUNDEB- IP I - Export	-3.801,41	-1.449,00	-2.778,00	-2.778,00				
<b>Total</b>	<b>24.838.663,32</b>	<b>27.189.197,27</b>	<b>38.000.000,00</b>	<b>38.000.000,00</b>	<b>38.000.000,00</b>	<b>39.000.000,00</b>	<b>40.000.000,00</b>	

Jaguaretama-CE, 13 de Abril de 2012

  
 Afonso Cunha Saldanha  
 Prefeito Municipal  
 Contador CRC nº016695/0-2

# Município de Jaguaretama - Consolidado

ESTADO DO CEARÁ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido  
2013

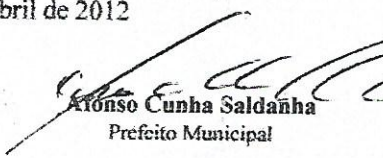
AMF - Tabela 4 (LRF, art. 4º, §2º, inciso III)


PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2011		2010		2009	
		%		%		%
Patrimônio/Capital	11.903.331,33	111,02	10.688.229,73	133,36	8.395.325,05	99,84
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	-1.181.258,79	-11,02	-2.673.552,54	-33,36	13.807,12	0,16
<b>TOTAL</b>	<b>10.722.072,54</b>	<b>100,00</b>	<b>8.014.677,19</b>	<b>100,00</b>	<b>8.409.132,17</b>	<b>100,00</b>

## REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2011		2010		2009	
		%		%		%
Patrimônio/Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Jaguaretama-CE, 13 de Abril de 2012

  
Aronso Cunha Saldanha  
Prefeito Municipal

  
Helder Medeiros de A.A. Neto  
Contador CRC nº016695/0-2



# Município de Jaguaratama - Consolidado

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos  
2013

AMF - Tabela 5 (LRF, art. 4º, §2º, inciso III)

RECEITAS REALIZADAS	2011 (a)	2010 (d)	2009
RECEITA DE CAPITAL			
Receita de Alienação de Ativos			
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

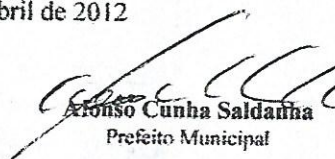
  


DESPESAS LIQUIDADAS	2011 (b)	2010 (e)	2009
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS			
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regimes Próprios dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ( III ) = ( I - II )	(c)=(a-b)+(f)	(f)=(d-e)+(g)	(g)
	0,00	0,00	0,00

Jaguaratama-CE, 13 de Abril de 2012

  
Afonso Cunha Saldanha  
Prefeito Municipal

  
Helder Medeiros de A.A. Neto  
Contador CRC nº016695/0-2

RECEITAS

DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos

Inversões Financeiras

Amortização da Dívida

DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS

Regime Geral de Previdência Social

Regimes Próprios dos Servidores Públicos

TOTAL

SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ( III ) = ( I - II )

RECEITAS

DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos

Inversões Financeiras

Amortização da Dívida

DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS

Regime Geral de Previdência Social

Regimes Próprios dos Servidores Públicos

TOTAL

SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ( III ) = ( I - II )

RECEITAS

DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos

Inversões Financeiras

Amortização da Dívida

DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS

Regime Geral de Previdência Social

Regimes Próprios dos Servidores Públicos

TOTAL


LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS  
 Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita  
 2013

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, §2º, inciso V)

(R\$)

Tributo	Modalidade	SETOR / PROGRAMA / BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA		COMPENSAÇÃO
			2013	2014	
			0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Jaguaretama-CE, 13 de Abril de 2012

  
 Wilson Cunha Saldanha  
 Prefeito Municipal  
 Heitor Medeiros de A.A. Neto  
 Contador CRC nº016695/0-2

# Município de Jaguaretama - Consolidado

ESTADO DO CEARA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de

Caráter Continuado

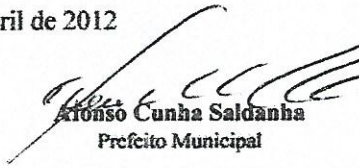
2013

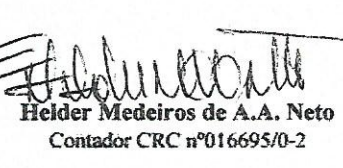
AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4º, §2º, inciso V)

(R\$)

EVENTO	2013
	0,00

Jaguaretama-CE, 13 de Abril de 2012

  
Alonso Cunha Saldanha  
Prefeito Municipal

  
Helder Medeiros de A.A. Neto  
Contador CRC nº016695/0-2

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS  
 METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS  
 II - DESPESAS  
 Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

CATEGORIA ECONÓMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESAS	EXECUTADA		ORÇADA		PREVISÃO	
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<b>Total</b>	29.666.253,53	27.583.640,33	38.000.000,00	38.000.000,00	39.000.000,00	40.000.000,00

Jaguaretama-CE, 13 de Abril de 2012

  
 Afonso Cunha Sandania  
 Prefeito Municipal


Heider Medeiros de A.A. Neto  
 Contador CRC nº 016695/0-2


LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS  
 METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS  
 II - DESPESAS  
 Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

(R\$)

CATEGORIA ECONÓMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESAS	EXECUTADA		ORÇADA		PREVISÃO	
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<b>Total</b>	29.666.253,53	27.583.640,33	38.000.000,00	38.000.000,00	39.000.000,00	40.000.000,00

Jaguaretama-CE, 13 de Abril de 2012

  
 Afonso Cunha Sandania  
 Prefeito Municipal

  
 Heider Medeiros de A.A. Neto  
 Contador CRC nº 016695/0-2